



Comissão Executiva do Programa de Integridade - Cepi

1ª Reunião Ordinária - RO

Aos 7 dias do mês de fevereiro do ano de 2024, às 10h15, a **Comissão Executiva do Programa de Integridade - Cepi** realizou a **1ª reunião ordinária** que aconteceu de forma presencial, sala de reunião nº 545 no 5º Andar do edifício sede do Ministério do Trabalho e Emprego -MTE. Estando presentes os membros: Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, que o coordenou , Ouvidor, Corregedor, Chefe de gabinete da Secretaria Executiva , Diretor da Diretoria de Tecnologia da Informação, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Contabilidade, Chefe da Assessoria de Comunicação Social , Chefe de Gabinete da Secretaria de Proteção ao trabalhador, Chefe de Gabinete da Secretaria de Relações do Trabalho, Coordenador Geral da Coordenação-Geral das Unidades Descentralizadas, Coordenadora da Coordenação de Desenvolvimento Institucional, Coordenador Geral da Coordenação-Geral de Inteligência Trabalhista, Chefe de Gabinete da Secretaria de Qualificação, Emprego e Renda, Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas, Chefe de Gabinete da Secretaria de Inspeção do Trabalho, Coordenador Geral da Coordenação Geral de Informações Digitais Trabalhistas da SEET, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Economia Solidaria e a Coordenadora da Coordenação de Integridade.

O Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Cláudio Antônio de Almeida Py, iniciou a sessão agradecendo a presença de todos e sugerindo uma rodada de apresentação que foi aceita pelos presentes.

Finalizada as apresentações o Senhor Cláudio iniciou a explanação comentando sobre a Portaria MTE nº 3849 de 2023 que trata do Sistema de Governança do MTE e que traz no Anexo V a criação da Comissão Executiva do Programa de Integridade - Cepi do Ministério do Trabalho e Emprego, a composição e as competências do Cepi.

Apresentou o Programa de Integridade do Ministério do Trabalho e Emprego – Proimte percorrendo sobre o objetivo do Proimte que é o de fomentar a implementação de medidas e ações institucionais voltadas para prevenir, detectar, punir e remediar irregularidades, fraudes e atos de corrupção.

Já se tratando dos Pilares do Programa de Integridade destacou que o Proimte deve trabalhar para fortalecer a cultura de integridade, ética e respeito à diversidade; impulsionando a enfrentar dilemas morais, a tomar decisões difíceis e a manter nosso compromisso com a honestidade; oferecer transparência e respeito pelos outros, a fim de construir relacionamentos sólidos, alcançar o sucesso sustentável e contribuir para o cumprimento da nossa Missão Institucional; construir uma cultura de integridade com a finalidade de garantir a entrega do valor público à sociedade, disseminar boas práticas

de transparência; e ainda, propor ações que ataquem fraudes, corrupção, desvios éticos ou de conduta, conflito de interesse, nepotismo, preconceitos e assédio moral e sexual

Senhor Cláudio reforçou que o sucesso do Proimte se dará com a participação e envolvimento de todos e não de área isolada.

Sinalizou que as ações para o andamento do Proimte foram reunidas nas temáticas de capacitações em temas de integridade, revisão de fluxos de processos, divulgação de canal de denúncia, transparência das ações e políticas públicas, tratamento dos diversos tipos de preconceitos, discutir o assédio moral e sexual, fomentar a participação social, promover a igualdade de gênero e dar transparência dos resultados e das entregas dos serviços.

Indicou que o Decreto nº 9.203/2017 que versa sobre a política de governança, os órgãos e entidades da administração pública federal devem estabelecer um programa de integridade, e o Decreto nº 11.529/2023 que Institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal. Na administração pública federal direta, as unidades setoriais do Sitai para a gestão da integridade, da transparência e do acesso à informação são as assessorias especiais de controle interno. São os fundamentos legais que amparam a atuação do Proimte.

Dando seguimento a reunião relatou as 9 (nove) etapas da Metodologia do Proimte que conta com o comprometimento da Alta Administração, que se deu por meio da aprovação prévia do Ministro do MTE e do Secretário Executivo. A Política e Normas que sustentam a atuação do Cepi. O Canal de Denúncia que é o FalaBr O Treinamento e Conscientização que está em fase de construção. O Gerenciamento de Riscos de Integridade onde foram mapeados os riscos à integridade dos agentes internos de integridade. O Relatório e Comunicação Externa – Fase Posterior onde se dará por meio de relatório mensal. Documentação e Registros. Envolvimento das partes interessadas. E a nova etapa que é a Revisão e Adequação Legal que será fase posterior.

Cláudio expos que a implementação do programa integridade do Ministério do Trabalho e Emprego, se dá em 3 (três) fases. Fase 1 - Constituição da unidade de gestão de integridade. Fase 2 - Aprovação do Plano de Integridade, a partir das 9 (nove) etapas descritas, seguidas para a elaboração deste trabalho. Fase 3 – Expansão das medidas do Plano de Integridade para as Unidades que executam políticas públicas.

Destacou os principais resultados e ações e o gerenciamento de riscos e medidas de tratamento das áreas de integridade.

Foi dada a palavra ao Corregedor Senhor Fernando Mendes Monteiro, que comentou sobre as ações em curso na Corregedoria que foram positivas, mesmo em reestruturação, e prevê um cenário ainda melhor para o ano em curso.

Já com a palavra o Ouvidor, Senhor Paulo Marcello Fonseca Marques, demonstrou satisfação com os resultados entregues pela Ouvidoria, comentou sobre a construção do painel de transparência ativa em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação

- DTI e a Corregedoria e por fim reforçou a importância de um canal único de denúncia e que o tema já tem sido tema de debate junto à Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT.

O Senhor Heber Fialho Maia Junior Diretor da Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI pediu a palavra e reforçou a preocupação em se criar outros canais de denúncia, além do FalaBr, exclusivos para atendimento a demandas e que possa comprometer a transparência das informações.

A palavra foi entregue ao Senhor Rogério Xavier Rocha, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Contabilidade que explicou aos presentes os resultados da área que se destacou a criação de um portfólio próprio de contratos, o mapeamento dos fluxos e processos relacionados a licitação e integridade. Salientou que o orçamento é um instrumento de apoio para qualquer iniciativa e em tempos de orçamento restrito se aflora a criatividade e a clareza de gestão.

Foi passada a palavra ao Senhor Thalys Eliel Amaral Gomes Diretor Substituto da Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP. Trouxe para os presentes que a DGP abrirá consulta por área para tratar a necessidade de pessoas, mesmo com a negativa de concurso para o MTE. Que no ano de 2023 foram 525 ações de capacitação e que há perspectiva de melhora de cenário para 2024.

Em continuação a descrição dos resultados o Senhor Heber Fialho Maia Junior Diretor da DTI revelou que em 2023 avanços importantes foram feitos como a compra e distribuição de novos equipamentos; a migração do SEI da economia para o novo SEI MTE, que se tornou um case de sucesso, e foi realizado por um único servidor contratado. Narrou a todos que a área está ainda em reestruturação, entretanto a racionalização de esforços com o pessoal da DTI e a parceria com outros órgãos para a contratação de rede de conectividade, de sistema de segurança de informação que sustente e amplie a infraestrutura de arquivos do MTE.

O Senhor Py retomou o curso da reunião e divulgou a planilha do Gerenciamento de Riscos dos agentes de integridade e apresentou uma matriz de risco aderente a Metodologia como modelo utilizado no MTE: Identificação dos riscos, avaliação e tratamento dos riscos.

Continuou enunciando o que se espera de um programa de integridade, os próximos passos do Proimte e como é relevante a parceria e expertise da Assessoria Especial de Comunicação Social a fim de emitir campanhas sobre os 10 (dez) valores institucionais do MTE, além de campanhas relacionadas à integridade.

Por fim, esclareceu que as áreas finalísticas serão provocadas pela AECI para iniciar o mapeamento de seus riscos, tendo um processo SEI em específico para tratar de cada unidade, tendo em vista dados sensíveis que serão abordados E convocando todos os presentes para a reunião do Comitê de Governança Estratégica – CGE que ocorrerá aos dias 20 de fevereiro.

O senhor Henrique Eduardo Medeiros Aquino pediu a palavra e indagou se já havia cronograma para iniciar os trabalhos e foi esclarecido que até o final de fevereiro iniciarão as tratativas.

O Senhor Fernando do Amaral Pereira, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva chancelou que haverá a participação do Ministro na reunião da CGE e importância da participação de todos e assim alcançar o alinhamento entre as partes envolvidas, mudança de cultura e os serviços e os produtos de responsabilidade do Ministério alcancem o resultado pretendido,

Não havendo mais nada a tratar, Coordenador do Cepi o Senhor Cláudio Antônio de Almeida Py agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião às 11h39 e eu Renata Geralda Paixão Gracindo lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos presentes.